



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.222-A, DE 2024**

**(Do Sr. Romero Rodrigues)**

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer compensação ao consumidor de energia elétrica na prestação deficiente do serviço pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica; tendo parecer da Comissão de Minas e Energia, pela rejeição (relator: DEP. JOAQUIM PASSARINHO).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE  
MINAS E ENERGIA;  
DEFESA DO CONSUMIDOR E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

### **APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## **S U M Á R I O**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Minas e Energia:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. ROMERO RODRIGUES)

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer compensação ao consumidor de energia elétrica na prestação deficiente do serviço pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração no art. 16-A:

“Art. 16-A. ....

.....

§ 3º Fica vedada a cobrança de qualquer valor a título de uso do sistema de distribuição caso a concessionária substitua a fonte do fornecimento de energia elétrica ao consumidor para gerador a combustível fóssil, a partir do mês em que houver a substituição até seis meses após a sua interrupção.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei pretende disciplinar uma situação vexatória realizada por algumas concessionárias de energia elétrica pelo Brasil, decorrente de baixos investimentos realizados na rede de distribuição de energia elétrica e as consequências em termos de precariedade do serviço.

Em muitos locais, a incompetência e o descaso chegaram a tal ponto que as concessionárias começaram a instalar geradores de energia móveis ou semimóveis (ainda que de grande porte) para amenizar a



sobrecarga elétrica, visto que não se vislumbra a resolução imediata do problema dos apagões por deficiências na rede elétrica.

Verifica-se que mesmo pagando contas de energia elevadas, os consumidores de energia elétrica, por falta de planejamento e por desídia da concessionária, agora precisam conviver 24 horas com um gerador (quase sempre movido a Diesel) na porta de suas casas.

Um gerador traz diversos problemas à saúde e ao meio ambiente, como: a) produção de ruídos elevados que podem prejudicar a audição; b) emissão de uma quantidade perigosa de gases nocivos à saúde; c) poluição por fumaça; etc. E requer cuidados adicionais e medidas de segurança para prevenir incêndios, vazamentos e contaminação.

Nesse sentido, é mais que razoável que se estabeleça um mínimo de compensação aos consumidores de energia por uma prestação deficiente do serviço.

Incluimos um parágrafo ao art. 16-A da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para definir que o consumidor de energia não pagará o componente de uso do sistema de distribuição (que perfaz cerca de um terço do custo da tarifa de energia elétrica) nos meses em que a concessionária estiver fornecendo a energia gerada por gerador a combustível fóssil. Adicionalmente, esse alívio tarifário pequeno deverá ser mantido pelo prazo de 6 meses após a interrupção de geração poluidora.

Com esse Projeto de Lei, esperamos trazer um incentivo financeiro para que as concessionárias executem com seriedade o serviço para o qual foram contratadas, assim como criamos um mecanismo de repressão a práticas prejudiciais ao meio ambiente. Assim, contamos com o apoio dos nobres deputados e deputadas para a aprovação do PL.

Sala das Sessões, em            de            de 2024.

Deputado ROMERO RODRIGUES

2024-3575





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 9.427, DE 26 DE  
DEZEMBRO DE 1996**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:199612-26:9427>



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal **JOAQUIM PASSARINHO (PL-PA)**

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(Do Sr. Joaquim Passarinho)

**PROJETO DE LEI Nº 2.222, DE 2024**

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer compensação ao consumidor de energia elétrica na prestação deficiente do serviço pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica.

**Autor:** Deputado ROMERO RODRIGUES

**Relator:** Deputado JOAQUIM PASSARINHO

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.222, de 2024, do Deputado Romero Rodrigues, propõe vedar a cobrança pelas distribuidoras de energia elétrica dos valores de uso do sistema de distribuição aos consumidores afetados, nos casos em que a distribuidora empregar gerador a combustível fóssil para substituir a fonte de fornecimento de energia elétrica ao consumidor.

Em sua justificativa para apresentação da proposição, o autor defende que o projeto visa compensar economicamente os consumidores que





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JOAQUIM PASSARINHO (PL-PA)**

são afetados pelo comportamento das distribuidoras quem usam, próximos as suas casas, geradores de energia elétrica que emitem poluentes, trazem problemas saúde e prejudicam o meio ambiente. Alega que a situação decorre da prestação precária do serviço de distribuição pelas companhias, de baixos investimentos realizados na rede de distribuição e do descaso com os consumidores.

O projeto foi distribuído às Comissões de Minas e Energia; Defesa do Consumidor; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O projeto não possui apensos.

Não foram apresentadas emendas nesta Comissão dentro do prazo regimental.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso XIV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Minas e Energia proferir parecer acerca do mérito do Projeto de Lei nº 2.222, de 2024.

A presente proposta busca prover uma compensação para os consumidores afetados diretamente pelo uso de geradores a combustível fóssil, geralmente movidos a diesel, empregados quando distribuidoras buscam manter o serviço de fornecimento de energia elétrica para não incorrer em multas previstas em regulação.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JOAQUIM PASSARINHO (PL-PA)**

Ocorre que, ao avaliar o mérito da proposta no Projeto de Lei em análise, nota-se que a vedação da cobrança do uso do fio para um grupo de consumidores da distribuidora levará a redistribuição dos custos da rede para os demais consumidores. Ou seja, o desconto na fatura de uns, mesmo que fosse justificado, seria bancado pelos demais consumidores, que nada têm a ver com o problema e nem com a conduta da distribuidora. Portanto, não constitui um mecanismo justo.

Além disso, ao retirar receita da distribuidora, agravará ainda mais a situação que pretende resolver. A companhia terá ainda menos recursos para investir na qualidade da rede e na adequada prestação do serviço de distribuição, implicando em serviço pior para uma quantidade maior de consumidores.

Destaca-se também que já há mecanismos legais e regulatórios para a fiscalização e penalização de comportamentos inadequado pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, prevê em seu art. 6º que a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários é aquela que “satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas”. Assim, temos que qualquer prática que implique a inadequação do fornecimento contínuo e permanente do serviço de distribuição, como o uso de geradores a diesel em situações não emergenciais de forma prejudicial a comunidade local, pode ser considerada violação dessas diretrizes.

Além disso, há normas técnicas (NBR da ABNT) que dispõem sobre segurança na operação, emissões atmosféricas, controle de ruído, armazenamento de combustíveis, distância mínima de segurança da população para instalação de geradores. Essas normas devem ser sempre seguidas, no âmbito do licenciamento ambiental e permissões municipais para o





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JOAQUIM PASSARINHO (PL-PA)**

funcionamento das instalações. Tais normas são a definição técnica da proteção em nível adequado para manter a salubridade para a população local.

As fiscalizações dos dispositivos legais, normas regulatórias e normas técnicas são realizadas de forma técnica e preservando o devido processo legal, inclusive o contraditório e ampla defesa, para a adequada caracterização dos problemas. Dessa forma, se evita abusos de denúncias falsas que levariam a aumento de custos para os demais consumidores, ou seja, os bons pagando por fraudadores.

Para a comunicação de queixas, reclamações e denúncias, no caso de descumprimento das normas ou da permanência do problema, há também a ouvidoria dos órgãos reguladores e os órgãos de defesa do consumidor, bem como a plataforma “consumidor.gov.br”, que podem atuar contra a distribuidora e reforçar a solicitação das devidas providências.

Ademais, como proposto no projeto, haverá o risco de conduzir as distribuidoras a adotarem soluções técnicas temporárias ainda mais caras e impactantes, com consequente repasse direto dos custos aos consumidores. Por exemplo, os sistemas de bateria de lítio, apesar de não emitirem gases poluentes ou gerarem ruídos, apresentam significativos riscos de incêndio, tem componentes tóxicos que podem vaziar se não gerenciados adequadamente e, por enquanto, ainda são extremamente caros para aquisição e instalação, além de precisarem ser recarregados com energia elétrica de alguma fonte externa.

Por fim, tecnicamente, importa dizer que o fornecimento de energia em rede é complexo, de forma que seria impossível caracterizar que uma unidade consumidora específica esteja sendo suprido indistintamente por um certo gerador específico, da forma que o projeto de lei almeja. Todos os consumidores conectados estão em equilíbrio com todos os geradores conectados, que atuam em harmonia, sendo que fornecimentos, variações, perturbações ou desligamentos em qualquer ponto da rede são sempre refletidos em algum grau na rede inteira.







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal **JOAQUIM PASSARINHO (PL-PA)**

Diante das razões expostas, embora o projeto apresentado pelo Deputado Romero Rodrigues tenha boas intenções, a medida não se mostra necessária ou relevante para o país neste momento. Dessa forma, não vemos alternativa a não ser encaminhar voto pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 2.222, de 2024,

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado **JOAQUIM PASSARINHO**  
Relator





Câmara dos Deputados

## COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

### PROJETO DE LEI Nº 2.222, DE 2024

#### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Minas e Energia, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.222/2024, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Joaquim Passarinho.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Otto Alencar Filho e Hugo Leal - Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Bandeira de Mello, Benes Leocádio, Beto Pereira, Coronel Chrisóstomo, Danilo Forte, Gabriel Nunes, General Pazuello, Geraldo Mendes, Greyce Elias, Joaquim Passarinho, Julio Lopes, Júnior Ferrari, Keniston Braga, Matheus Noronha, Max Lemos, Newton Cardoso Jr, Rafael Fera, Charles Fernandes, Diego Coronel, Domingos Sávio, Duda Salabert, Evair Vieira de Melo, Félix Mendonça Júnior, Leônidas Cristino, Leur Lomanto Júnior, Luciano Amaral, Luiz Fernando Faria, Márcio Marinho, Miguel Lombardi, Padre João, Paulo Guedes, Paulo Magalhães, Pedro Lupion, Ricardo Abrão, Rubens Otoni, Sidney Leite e Stefano Aguiar.

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 2025.

Deputado DIEGO ANDRADE  
Presidente



**FIM DO DOCUMENTO**